

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 71-72

Junho-Julho – 2006

S U M Á R I O

2 | *O poder militar norte-americano e a experiência do Iraque*

João Fábio Bertonha

6 | *O papel atual do Estado*

Virgílio Arraes

8 | *O Desafio da Nacionalização do Gás Boliviano à
Diplomacia Brasileira*

Seme Taleb Fares

11 | *A política externa do Governo Lula: um breve balanço*

Carlos Ribeiro Santana

13 | *A intervenção militar israelense no Líbano, o interesse
estratégico dos Estados Unidos e o silêncio da
comunidade internacional*

Hussein Ali Kalout

16 | *Venezuela: Chávez e alguns murmúrios exportáveis do
imaginário bolivariano*

José Ribeiro Machado Neto

O poder militar norte-americano e a experiência do Iraque

João Fábio Bertonha*

Qualquer um que acompanha o cenário internacional contemporâneo se depara freqüentemente com artigos na mídia que indicam a imensa superioridade da máquina militar dos Estados Unidos frente às suas rivais nos dias de hoje. Nesses textos, o tom oscila entre admiração pelo nível de supremacia desfrutado pela América no campo militar e um certo receio frente a este mesmo poder. Pareceríamos estar defronte a um gigante frente ao qual não haveria defesa.

Por outro lado, um outro tipo de análise tende a enfatizar as debilidades dos militares norte-americanos. Nessa linha de pensamento, o poder do Pentágono seria mera criação midiática ou, no mínimo, seria muito menos forte do que parece. Afinal de contas, os Estados Unidos teriam sofrido uma esmagadora derrota no Vietnã e em outros cenários menos importantes (como na intervenção na Somália no início dos anos 90); foram atacados aberta e diretamente no 11/9 e, agora, estariam sendo derrotados pelos insurgentes do Iraque. Como temer esse tigre de papel?

Ambos os tipos de perspectiva merecem ser vistos com cuidado. A força militar dos Estados Unidos não é absoluta e muito menos sem limites, como se ela pudesse tudo ou fosse capaz de tudo. Por outro lado, seria um erro subestima-la e acreditar que a capacidade militar norte-americana seja mera ficção.

Durante as duas guerras mundiais, quando os Estados Unidos realmente entraram no jogo de poder global, suas forças militares eram, no início, relativamente modestas, sendo ampliadas imensamente no decorrer das mesmas e ajudando a virar o jogo a favor dos

Aliados. A fonte desse poder foi, basicamente, a imensa capacidade produtiva do país e os seus quase infinitos recursos em termos de homens e material militar.

Efetivamente, nas duas guerras mundiais e mesmo durante boa parte da Guerra Fria, os militares norte-americanos seguiram basicamente os padrões operacionais em uso por outros países ocidentais, enquanto o seu equipamento militar não era mais avançado tecnologicamente do que aquele em uso por alemães ou japoneses, salvo exceções. Eles continuaram confiando que venceriam seus inimigos a partir da imensa base produtiva e de recursos do país.

A partir, grosso modo, dos anos 70, contudo, foi ficando claro que um conflito com a União Soviética nos velhos termos seria inevitavelmente uma derrota, dada a imensa superioridade numérica dos soviéticos. Lutar nos termos deles seria suicídio. A partir daí, modificou-se a doutrina militar, enfatizando-se a coordenação de poder aéreo e terrestre, mobilidade e troca de informações em tempo real para superar o número superior soviético. Também se procurou aumentar, cada vez mais, a partir desse momento, a vantagem tecnológica.

Essa é, em essência, a base do poder militar dos EUA hoje. Ninguém discute que, numa grande guerra contra uma outra potência, os Estados Unidos poderiam muito bem se mobilizar novamente e fazer valer o peso dos seus imensos recursos humanos, industriais e econômicos. Em curto prazo, contudo, a superioridade real dos norte-americanos não está nos números, mas na superioridade tecnológica, de treinamento e de coleta e processamento de informações, o que demanda, claro, dinheiro.

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

Assim, essencialmente, a base do poder militar norte-americano hoje é a inacreditável soma de recursos financeiros que a rica sociedade norte-americana é capaz de investir nele. Não é correto fazer uma análise puramente aritmética, que não indica a real capacidade militar. Assim, o fato do orçamento militar norte-americano ser quase cinqüenta vezes o russo não significa, automaticamente, que a capacidade militar dos Estados Unidos seja cinqüenta vezes a russa. Mas não é possível ignorar que a verdadeira base do poder do Pentágono são as centenas e centenas de bilhões de dólares que este tem para gastar todos os anos.

Evidentemente, dinheiro, por si só, nada significa. Mas ele se articula com a capacidade tecnológica e produtiva da sociedade e da economia dos Estados Unidos para manter uma contínua espiral de inovações tecnológicas que mantém as forças armadas norte-americanas a quilômetros de distância das suas rivais. Dessa forma, a sua superioridade se centra não tanto no número de soldados e sistemas de armas (ainda que o número, claro, seja importante), mas na sua capacidade em estar à frente, tecnologicamente, dos seus rivais.

Tal superioridade tecnológica (associada a intenso treinamento) permite aos norte-americanos contar, em suas operações, com dois elementos fundamentais, ou seja, poder de fogo e mobilidade. No plano estratégico, eles contam com a capacidade e os instrumentos (porta-aviões, mísseis de cruzeiro, etc.) para projetar seu poder em qualquer lugar do mundo, e com força devastadora. Já no plano tático, eles conseguem utilizar helicópteros e aviões para se moverem rapidamente no campo de batalha e despejar um inacreditável volume de fogo sobre o inimigo. À medida que a tecnologia de coleta e processamento de informações (com veículos aéreos de reconhecimento não tripulados, satélites, etc.) se desenvolve, a possibilidade de não desperdiçar munição e destruir rápida e eficientemente o inimigo é ainda maior. No cenário atual, enfrentar em campo aberto as forças dos EUA é puro suicídio.

Não espanta, nesse ponto, que a real superioridade dos militares norte-americanos esteja no campo aéreo e, secundariamente, no naval, justamente os mais dependentes da tecnologia. Em terra, eles ainda são superiores a qualquer outro exército, mas muito menos do que no ar ou no mar.

Para visualizar esta situação, basta fazer um pequeno exercício. Uma unidade de infantaria alemã da Segunda Guerra, se colocada em combate frente a uma força de marines, seria rapidamente eliminada devido ao poder de fogo, à comunicação em tempo real, etc, dos norte-americanos. Mas ela teria ao menos alguma chance, pois os fuzis e as armas de infantaria não mudaram tanto assim de 1940 para cá. Já um submarino ou um caça alemães da Segunda Guerra não durariam nem segundos frente aos congêneres modernos.

Na verdade, a corrida tecnológica no campo aéreo e naval, especialmente, está num patamar tão acelerado que muitos equipamentos que eram de ponta durante a Guerra do Golfo, meros quinze anos atrás, já são obsoletos hoje. Os Estados Unidos estão realmente num grande esforço para não perder a superioridade tecnológica no ar e no mar (e, por tabela, em terra) e, até o presente, estão sendo bem sucedidos. Sua hegemonia militar se funda nessa superioridade.

Assim, uma invasão da Coréia do Norte pela do sul ou uma tentativa russa de, digamos, ocupar o Cazaquistão, poderia ser rapidamente posta em cheque por uma concentração do poder aéreo norte-americano. No entanto, este tem limites tanto para destruir efetivamente o inimigo, como deixou clara a ação da OTAN na Sérvia em 1999 (quando boa parte das forças armadas daquele país conseguiu se esconder dos ataques), como para atingir os objetivos políticos vinculados à ação militar. Afinal, sem as tropas de terra (norte-americanas ou aliadas), o Taleban não teria sido removido do poder no Afeganistão e Saddam Hussein poderia ainda estar comandando o Iraque.

Este é o primeiro limite do poder militar norte-americano, pois, se suas forças aéreas e navais têm

condições de enfrentar vários inimigos ao mesmo tempo em escala global, elas podem não bastar em várias situações. Já as suas forças terrestres são mais limitadas, o que obriga os Estados Unidos a confiarem em aliados locais (como foi feito na Europa Ocidental durante a Guerra Fria) ou se absterem de intervir.

Mas, mesmo que as forças de terra intervenham e o inimigo seja destruído, resta o problema de ocupar o terreno conquistado. Desde o início da história das guerras, um dos seus objetivos centrais é tomar o território do inimigo e isso se faz pela substituição dos soldados inimigos pelos amigos. Quando a população do território conquistado não oferece resistência ou aceita a ocupação, está tudo bem. Quando isso não acontece, contudo, há uma imensa demanda por tropas de infantaria, de soldados de coturno no pé e mochila nas costas, para patrulhar e exercer o controle do território.

O grande dilema dos Estados Unidos é que eles não dispõem dessa massa de tropas. Hoje, o efetivo militar norte-americano é de cerca de 1,4 milhão de homens, mas o Exército (que, justamente com os fuzileiros, fornece o grosso das forças de ocupação) tem apenas 480 mil soldados na ativa, com outros 580 mil na reserva. Para manter 140 mil homens (número completamente insuficiente) no Iraque, uns 20 mil no Afeganistão, 35 mil vigiando a linha do armistício na Coreia e outras dezenas de milhares em outras bases pelo mundo, o Pentágono já está tendo que apelar para unidades de reserva e ao uso contínuo, além do recomendado, de suas unidades da ativa. Só para cumprir a missão de garantir a segurança no Iraque, não há infantaria suficiente e quaisquer outras missões desse tipo seriam simplesmente impossíveis por falta de efetivo.

Esse é, assim, o segundo e maior limite do poder militar norte-americano, além da excessiva dependência do poder aéreo. Eles podem destruir qualquer inimigo no campo de batalha e, potencialmente, podem conquistar qualquer país do mundo. Claro que seria muito mais difícil e custoso derrotar a Rússia, a China ou a França do que um país

do Terceiro Mundo, mas poderia ser feito. O problema seria ocupar e controlar os vencidos sem ter a tropa para tanto.

Esse, na verdade, foi o dilema dos Estados Unidos no Vietnã e na Somália, por exemplo. Eles podiam derrotar o inimigo se ele entrasse em combate e, normalmente, como se pode se ver (ainda que de forma um pouco exagerada) em filmes como "Fomos todos heróis" e "Falcão Negro em perigo", quando isto acontecia, vietnamitas e somalis eram submetidos a um dilúvio de fogo, com dezenas de homens morrendo para cada norte-americano. Mas, normalmente, eles se recusavam ao combate aberto e preferiam a guerrilha ou o ataque furtivo, contra o qual o poder de fogo era muito menos eficiente.

O mesmo se repete hoje no Iraque. Em 2003, as forças armadas iraquianas foram rapidamente vencidas pelas dos Estados Unidos e, se os atuais guerrilheiros resolverem enfrentar diretamente as tropas dos EUA, a derrota é certa. Mas eles recorrem a ataques de guerrilha e ao terrorismo e, para derrotá-los, seriam necessários muito mais homens, especialmente da infantaria, do que o Pentágono pode dispor e disposição para baixas, o que, no contexto político norte-americano, é inaceitável. Apenas em momentos excepcionais (como a Segunda Guerra Mundial), a sociedade norte-americana aceitou que milhões de homens fossem mobilizados e enviados, com risco de morte, para ação no exterior, e não parece haver clima para algo assim hoje em dia.

Não espanta, assim, como Washington tente recriar um Exército iraquiano e/ou conseguir tropas de outros países para ação no Iraque. Ou que o Irã se sinta razoavelmente seguro frente às ameaças de Washington. Afinal, o país poderia ser alvo de pesados ataques aéreos que causariam muitos danos, mas a disponibilidade de tropas para uma invasão terrestre e, especialmente, para ocupar um país extenso e populoso como o Irã é simplesmente inexistente, o que diminui os riscos para Teerã.

Assim, este é a grande limitação do Império norte-americano. Mesmo que eles quisessem sair do

seu padrão imperial tradicional (que sempre confiou mais na dominação informal e na aliança com forças locais) e criar um verdadeiro Império, faltariam os homens para mantê-lo. Eles têm os aviões, os navios, os tanques e os computadores, mas faltam os soldados de pé no chão, que sempre fizeram os Impérios, desde sempre.

Nesse ponto, aliás, é impressionante a proximidade com o antigo Império britânico. Em geral, os britânicos, seguros em sua ilha (como os norte-americanos no seu continente), nunca tiveram grandes forças terrestres e só as mobilizaram em massa quando de reais emergências, como as guerras mundiais. Era a Marinha a grande força que dava à Inglaterra o seu papel central no mundo, especialmente nos séculos XVIII e XIX, e era a superioridade naval que eles tentaram, por séculos, não perder. Operações terrestres normalmente só ocorriam contra inimigos muito fracos, quando havia certeza de apoio de aliados locais ou quando se imaginava que não haveria grande oposição. Quando ocorreram, ou foram mal sucedidas ou custaram caro,

como a guerra de Independência dos próprios Estados Unidos e a dos Bôeres. Os erros e acertos, as vantagens e os limites do Império britânico parecem estar se repetindo, grosso modo, com seus filhos.

Nesse contexto, portanto, a resposta dos militares brasileiros a possíveis riscos de uma intervenção militar do Pentágono na Amazônia (ou seja, resistir pela guerrilha, na selva) e as ações terroristas no Iraque têm alguma lógica, se pensarmos no plano estritamente militar. Afinal, as forças de ocupação são o elo mais fraco da corrente e ataca-las o único jeito de conseguir, talvez, uma solução política para o conflito, como o ocorrido no Vietnã.

Se isso vai se repetir agora no Iraque (e é questionável se a retirada norte-americana, nesse momento, seria bom para o país), não sei, assim como me abstenho, nesse momento, de discutir os aspectos positivos e negativos da ação internacional de Washington. O que fica claro, de qualquer modo, é que o poder militar norte-americano nem de longe é capaz de tudo. Ignorar a sua força, contudo, seria um erro.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O papel atual do Estado

Virgílio Arraes*

Ao longo do século XIX, diversas comunidades na Europa dedicaram-se a pesquisar períodos longínquos da história – remontando, por vezes, a centenas de anos – dos territórios por elas habitados, de forma que se descobrissem singularidades desencadeadoras do princípio de uma nacionalidade específica, ela mesma derivada da fusão de inúmeras nações ou povos predecessores. Paralelamente, buscaram-se elementos perdurantes ao longo das incontáveis gerações, que justificassem as tradições presentes no imaginário popular. Na França, por exemplo, o nome mais adotado por soberanos carolíngios e capetianos foi o de Luís, alusão ao fundador da monarquia franca, no início do século VI, Clóvis, por sua vez, primeiro dinasta cristão daquele território.

Com o tempo, muitos dos estudos procurariam se basear, por analogia, com princípios biológicos desenvolvidos na segunda metade do século XIX, de forma que se expressariam por meio do darwinismo social, cujo auge se manifestaria na tragédia da II Guerra Mundial. Na Europa, nem todos os povos conseguiriam seu próprio Estado, apesar do fenecimento de impérios como o austríaco ou o otomano. Estados multinacionais como a Checoslováquia ou a Iugoslávia nasceriam da contínua decomposição imperial. Na parte ocidental do continente, dos bascos e irlandeses, apenas estes obteriam parcialmente a sua autonomia territorial em 1921, a partir da proclamação da independência em 1916. Com o assinalamento, iniciar-se-ia o desmonte do império britânico.

Com a emergência da bipolaridade nos anos 1940, o antigo nacionalismo econômico, de caráter

autárquico e expansionista, cederia espaço à progressiva universalização dos mercados, suspensa temporariamente pela existência do chamado socialismo real. A partir dos anos 1970, tal processo seria impulsionado dentro do bloco ocidental por meio da 3ª Revolução Industrial, sinteticamente a da microeletrônica, que permitiria maior fragmentação das cadeias de produção, ao diminuir de modo significativo os custos de comunicação e transportes, por exemplo. Desta forma, inúmeras unidades produtivas seriam deslocadas para o 3º Mundo, em face de menores custos trabalhistas e restrições ambientais mais retraídas.

Se, por um lado, houve maior eficiência industrial, por outro, iniciou-se, ainda que acanhadamente, o desmonte do Estado do bem-estar social, de rubrica social-democrata e delimitado territorialmente, cuja intensidade da aplicação variava no eixo norte-atlântico. Ao mesmo tempo, os projetos nacionais-desenvolvimentistas da América Latina, de cunho autoritário, esfacelaram-se diante da incapacidade de adaptarem-se ao novo molde econômico e, por conseguinte, trespassados em suas fronteiras.

Destaque-se que a dissolvência das funções sociais do Estado é mais branda no 1º Mundo, de sorte que não há paralelo com a experiência do 3º Mundo, onde florescem bolsões semi-autônomos liderados por chefes militares ou criminosos. Na América Latina, há encaves cuja existência perpassam um quarto de século.

O ideal de cidadão de uma nação ou mesmo império, com a promessa ou a aspiração de um Estado inclusivo, sairia de cena e, em seu lugar, apareceria o consumidor mundial, desprovido de sensibilidade em

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB).

relação à manutenção de um sistema produtor específico (de verniz nacional), quando amparado por uma visão parcial da realidade social, restrita tão-somente à argumentação econômica.

Na melhor das hipóteses, haveria a esperança de que a vigência deste *status quo* fosse uma fase de transição, de sorte que logo a globalização econômica se complementasse com a política, com a incorporação de uma pauta mínima de direitos sociais aplicados em um futuro próximo de maneira irrestrita. Todavia, tal percepção é utópica, visto que o estabelecimento de um Estado mundial é uma aspiração distante do ponto de vista da factibilidade, não obstante a União Européia ser apontada como o exemplo de êxito em relativo pouco tempo.

Para muitos, no entanto, isto seria uma quimera, dada a transformação gradativa do Estado nacional ainda durante a Guerra Fria, ao abandonar políticas sociais amplas para estabelecer as de cunho compensatório, voltadas para os segmentos mais desassistidos. Deste modo, subscrever-se-ia o objetivo de garantir a estabilidade política mínima, necessária para o bom funcionamento do mercado. Assim, uma

legislação social de perfil global seria, no máximo, um documento natimorto.

Dentro de tal perspectiva, à medida que a política, de caráter nacional, encontra-se incapaz de competir com a economia, de viés internacional, a emergência de novos nacionalismos e, por conseguinte, de novéis Estados seria inviável, em decorrência dos custos para a efetivação de um aparato burocrático e do firmamento de garantias sociais viáveis, em tese, a todos os habitantes.

Por fim, há uma grande possibilidade atual de ascensão nacional: propiciarem-se melhores condições para o funcionamento do mercado, ao desmembrar-se, por exemplo, a parte mais próspera ou menos pobre de um país a fim de uma parcela dos cidadãos poder sobreviver perante os efeitos econômicos da globalização. Isto auxilia a explicar o porquê do desmonte célere da União Soviética e, mais recentemente, da Iugoslávia. Se não há solidariedade política, a secessão apresenta-se como alternativa tentadora, logo viável caso possua algo economicamente vantajoso à primeira vista – matéria-prima, mão-de-obra, mercado consumidor etc.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

O Desafio da Nacionalização do Gás Boliviano à Diplomacia Brasileira

Seme Taleb Fares*

A nacionalização dos hidrocarbonetos e a mudança das regras quanto à sua extração e comercialização pelo presidente boliviano Evo Morales Ayma no 1º de maio de 2006 (decreto DS 28701) pode ter significado um duro golpe na imagem da diplomacia do presidente Lula. Esse é um caso em que a diplomacia pode ter vencido, mas a sua reputação junto à sociedade, definitivamente não.

Ao menos publicamente, a decisão do presidente boliviano foi tomada de forma unilateral, sem qualquer conhecimento prévio da diplomacia do Brasil, que demorou para esboçar uma resposta efetiva. O governo de Evo Morales fez o que o seu povo vinha exigindo há muito: a nacionalização das riquezas naturais do país, com o intuito de levar alguma prosperidade econômica àquela nação. Desse modo, Morales subiu ao poder com esse discurso, como uma alternativa aos seus predecessores, que foram derrubados, um a um, por motivos ligados à exploração do gás. Em decorrência disso, o governo boliviano planejou uma ação que tinha como objetivo principal satisfazer às vontades de sua população. Para tanto, determinou que o exército ocupasse, sem prévio aviso, instalações e refinarias de empresas do ramo de gás e petróleo em atividade no território boliviano.

Com isso, as instalações da Petrobras passaram ao controle da estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), o que acarretará, por certo, em enormes perdas financeiras à empresa estatal brasileira. De acordo com o decreto boliviano, as refinarias e instalações de gás terão um prazo de 180 dias para se adaptar às novas regras da exploração de

petróleo. Após esse prazo, que terminará em novembro, os ativos das empresas petroleiras passarão automaticamente para as mãos do Estado. Durante esse período, as empresas deverão negociar com o governo boliviano eventuais pagamentos de indenizações em virtude da nacionalização.

A Petrobras, que tem 40% do seu capital nas mãos do governo brasileiro e está sob o controle da União, e o Brasil, em termos financeiros, são os dois grandes perdedores da nacionalização do gás, uma vez que são os maiores investidores estrangeiros na Bolívia. A Petrobras, por exemplo, é responsável por cerca de 24% do total de impostos arrecadados pelo Estado boliviano e por 20% dos investimentos diretos na Bolívia, o que totaliza cerca de US\$ 1,5 bilhão de investimentos brasileiros naquele país.

Como se não bastasse, os consumidores brasileiros de gás natural, em especial as indústrias de São Paulo, serão afetados, mais cedo ou mais tarde, por uma majoração sensível do seu preço, com impactos negativos em toda a economia nacional. Ora, a questão envolve simples matemática – se o preço do gás proveniente da Bolívia aumentou em decorrência do maior imposto cobrado naquele país, e sendo a Petrobras uma companhia pautada pelo lucro, a despeito de algumas ingerências políticas nela, o preço maior do gás boliviano será repassado ao consumidor final brasileiro. O que se espera é apenas uma oportunidade política interna melhor para tanto, de preferência depois das eleições gerais de outubro, a fim de não desgastar a imagem do governo Lula. O contrato celebrado entre os dois países, anterior à Lei dos Hidrocarbonetos, previa reajustes apenas

* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (seme.fares@gmail.com).

trimestrais, baseados na cotação internacional de uma cesta de óleos. O governo boliviano, contudo, vem ameaçando cobrar um reajuste de até 100%. Cabe lembrar que o próprio Estado brasileiro incentivou no passado o crescimento do gás como matriz energética no Brasil. O mais dramático é que a Bolívia é o principal fornecedor do hidrocarboneto ao País, sendo responsável por 50% do mercado brasileiro.

De toda maneira, embora a decisão boliviana quanto à nacionalização do gás tenha sido soberana, as relações Brasil-Bolívia saíram-se bastante prejudicadas, em especial junto ao empresariado e à opinião pública brasileiras. O assunto mereceu destaque em diversos meios da imprensa nacional como não se via há muito para um tema de política externa.

A principal crítica diz respeito à posição dúbia da diplomacia brasileira diante do caso. Em especial para a oposição ao governo Lula, ficou evidenciado que a diplomacia havia ficado fragilizada. Não havia agido, enfim, de forma pragmática, uma vez que a estratégia utilizada pelo Itamaraty sob Lula estaria eivada de ideologismos, em detrimento dos interesses nacionais. Para grande parte dos setores brasileiros, a chancelaria do nosso país havia perdido, não respondendo à altura dos acontecimentos e da necessidade que o momento exigia. Ao menos no início e para o conhecimento da sociedade brasileira, não houve qualquer tipo de pressão efetiva sobre o governo boliviano, ou mesmo uma indicação de que o Itamaraty vinha se preparando para isso. Internamente, a diplomacia do governo Lula sofreu diversos tipos de pressão para tomar uma atitude dura contra o governo da Bolívia, que, por fim, demorou bastante para demonstrar qualquer tipo de reação.

Ademais, não está clara ainda a participação do presidente da Venezuela Hugo Chávez em um eventual aval e mesmo conselho prévio à medida adotada por Morales no 1º de maio. Se for esse o caso, a diplomacia brasileira da boa vizinhança que elege a ideologia, no caso a integração sul-americana, acima dos interesses nacionais sai mais enfraquecida

ainda. Isso porque o ataque não viria apenas da Bolívia, mas também de um dos maiores parceiros políticos da diplomacia Lula, a Venezuela de Chávez. Segundo o "The Economist", de 11 de maio, Chávez teria "humilhado" Lula, transformando o presidente brasileiro em um "espectador irrelevante" dos acontecimentos na América Latina.

Desse modo, quando o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou que iria tomar todas as medidas necessárias, em todas as instâncias, para preservar os investimentos da empresa na Bolívia e que a decisão havia sido "unilateral e não-amistosa", a diplomacia brasileira se apressou em confirmar a posição de compra de gás natural boliviano pelo País, sem qualquer repreensão ao governo daquele país, a despeito dos prejuízos e da quebra de contrato do lado boliviano com o Brasil. Petrobras e diplomacia brasileira, nesse sentido, demoraram para convergir seus discursos em relação à temática da nacionalização do gás boliviano.

É verdade que esse episódio teve repercussões não somente no Brasil, como também em outros países, principalmente europeus. No entanto, os governos desses países, diversamente do brasileiro, imediatamente repudiaram e condenaram, de forma manifesta, essa medida, uma vez que não respeitava os contratos firmados com eles e que prejudicava sobremaneira seus investimentos naquele país. A ação foi declarada, de forma pública, por grande parte das diplomacias desses países como arbitrária e imprópria em um Estado de Direito.

Se publicamente a diplomacia brasileira pareceu agir de forma bastante vacilante, frente a uma ação mais pragmática da empresa estatal brasileira, isso pode indicar uma de duas alternativas: ou uma incapacidade da nossa diplomacia em lidar com essa questão; ou uma sagacidade que evidencia uma grande estratégia diplomática, que não busca dar publicidade às suas negociações diretas com a outra parte, podendo, ainda, ter sido consultada antes mesmo do decreto de nacionalização quanto à sua viabilidade junto ao Brasil, talvez concordando que a

Bolívia não vinha recebendo uma retribuição justa pelo gás vendido.

De qualquer maneira, ao menos junto ao público e por enquanto, a diplomacia brasileira teve sua imagem desgastada com esse episódio. De um lado o governo boliviano parece ter elegido como canal de diálogo diplomático a mídia. De outro, a diplomacia brasileira vem preferindo agir conforme o protocolo, ou seja, por meio de negociações diretas com o governo da Bolívia a fim de se chegar a um acordo. O problema é que, publicamente, o presidente Evo Morales insiste em desmentir, ponto por ponto, o avençado entre os presidentes e seus assessores em encontros fechados. Por exemplo, se em uma reunião (como a de La Paz de 10 de maio, entre o presidente da Petrobras, o ministro de Minas e Energia brasileiro e autoridades bolivianas) havia sido concordado que

os pagamentos pelas indenizações à Petrobras seriam definidos em detalhes entre os dois lados, Morales declarava, pouco depois, que a Petrobras operava de modo “inconstitucional” e “ilegal” na Bolívia e, portanto, não merecedora de qualquer indenização.

O resultado disso é que a ação política de Morales satisfizes profundamente o seu eleitorado, lançando mão, para tanto, também da retórica. A sociedade brasileira, no entanto, acredita, grosso modo, que a diplomacia do País não correspondeu aos seus desígnios. O futuro confirmará se a diplomacia brasileira foi sábia ou não. O fato é que, ao menos para grande parte de seus contemporâneos brasileiros, ela saiu derrotada. O desafio está em conciliar a imagem ao desempenho da diplomacia brasileira. Nesse caso, no entanto, tanto uma como outra saíram prejudicadas.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

A política externa do Governo Lula: um breve balanço

Carlos Ribeiro Santana*

Eleito sob a esperança de mudar o País, o Governo Lula representou o ápice do processo democrático no Brasil, fato consubstanciado na ascensão da esquerda ao poder em 2002. No plano diplomático, o novo Governo permitiu que o encaminhamento da política externa fosse conduzido por geração de diplomatas que se formou, no Instituto Rio Branco, sob os auspícios da “Política Externa Independente” de San Thiago Dantas – uma das fontes de inspiração do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” de Azeredo da Silveira –, e que assistiu, ao final da década de 1970, ao limite do projeto brasileiro de “potência emergente”.

Uma das prioridades políticas da campanha do Presidente Lula era superar as vulnerabilidades externas do País, área deixada a cabo do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Nesse sentido, no que diz respeito ao plano econômico, pouca coisa foi alterada em relação à política empreendida durante o Governo Cardoso. Com efeito, a política monetária de juros altos para o controle da inflação, perseguida com afinco e miopia pela Banco Central, e a meta de superávits primários, cumprida cegamente pelo Ministério da Fazenda, remontam à gestão qualificada como “neoliberal” do ex-Presidente Cardoso.

A política exterior do Governo Lula tem buscado retomar o universalismo da diplomacia brasileira, princípio tão caro à tradição diplomática do País quanto a defesa irrestrita do multilateralismo nas relações internacionais. O caráter universal da gestão Lula faz lembrar a política externa dos governos militares durante os anos setenta, quando “pragmatismo” e

“universalismo” tornaram-se palavras de ordem durante o Governo Geisel. Nesse contexto, o Itamaraty tem buscado ampliar as relações com os parceiros estratégicos, formar novas coalizões frente às estruturas hegemônicas do sistema internacional e explorar nichos, como, por exemplo, a África e o Oriente Médio, os quais constituíram verdadeiros objetivos do universalismo da política externa na década de 1970.

O termo “pragmatismo”, muito utilizado durante o governo Geisel, servia para designar a política externa pragmática e “responsável dos Deveres da Nação”, com atenção especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. A responsabilidade serviria para proteger o pragmatismo do epíteto de antiético. O ecumenismo seria a ampliação de parcerias desejadas prescindidas de afinidades ideológicas e políticas em escala planetária. Da mesma forma, a busca por parceiros estratégicos não tem minado os esforços da diplomacia em privilegiar a América do Sul e as nações-irmãs da circunvizinhança na agenda diplomática, bem como em assegurar a continuidade de princípios da política externa como, por exemplo, pacifismo, autodeterminação, não-intervenção, etc.

A atual política externa, além de buscar aliança, no contexto da cooperação Sul-Sul, com grandes países emergentes, como, por exemplo, China, Índia e Rússia, também insiste na consolidação do Mercosul como plataforma de propulsão para a concretização da recém-criada Comunidade Sul-Americana de Nações, criada por meio da Declaração Presidencial

* Diplomata e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro (carlosribeirosantana@gmail.com).

de Cusco, em 8 de dezembro de 2004. A essência da Comunidade Sul-Americana de Nações é o entendimento político e a integração econômica e social dos povos, tendo em vista o objetivo maior do desenvolvimento. Com efeito, o atual governo tem mantido política externa extremamente consistente com o objetivo maior, que é o desenvolvimento nacional.

No campo do comércio internacional, o Governo Lula logrou alcançar novo patamar de negociações com a criação do G-20, durante a reunião ministerial de Cancun da Organização Mundial do Comércio, em 2003. O novo bloco, em sintonia com interesses reais do Brasil e de outros países em desenvolvimento, busca a negociação em pé de igualdade com os países ricos na liberalização do comércio agrícola. No que se refere à integração hemisférica, a posição do País não tem sido distinta. Com efeito, durante a IV Cúpula das Américas,

realizada em Mar Del Plata, de 4 a 5 de novembro, o Brasil defendeu a posição única do Mercosul de que não há condições propícias para seguir-se com as negociações da Alca no momento.

Por fim, não se pode deixar de mencionar os esforços empreendidos pelo atual Governo no campo social, o qual surgiu com vigor como novo e importante vetor da política externa. Para o Presidente Lula, não se pode discutir paz e segurança sem desenvolvimento econômico e justiça social. Diante deste contexto, o Presidente propôs a criação de um imposto sobre transações internacionais e sobre o comércio de armas para o financiamento de um fundo mundial de combate à fome. Dessa forma, o Brasil persegue política social condizente com as metas de desenvolvimento da Rodada do Milênio. A consecução do objetivo nacional de desenvolvimento com inclusão social reflete a melhor maneira de resumir-se os aspectos gerais da política externa do Governo Lula.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A intervenção militar israelense no Líbano, o interesse estratégico dos Estados Unidos e o silêncio da comunidade internacional

Hussein Ali Kalout*

A intervenção militar do Estado de Israel ao Líbano, iniciada no último dia 12 de julho de 2006, constitui grave desrespeito ao Direito Internacional. As atrocidades ocorridas nos últimos dias vão de crimes ambientais a crimes contra a humanidade. A destruição da infra-estrutura civil do País, o massacre deliberado de civis e a imposição de severo bloqueio aéreo, marítimo e terrestre são algumas das variáveis dessa agressão.

Nesse passo, constata-se que a comunidade internacional vem conferindo tratamento desigual às partes em conflito: enquanto condena com veemência a ação do Hizbollah, é leniente quanto à agressão sofrida pelo Líbano a sua integridade territorial e quanto às inúmeras vidas humanas ceifadas pela ação militar israelense. Pede-se incessantemente a libertação incondicional de dois soldados israelenses arrebatados numa incursão militar em território libanês, mas não se ouve uma só voz a clamar, da mesma forma, pela libertação de milhares de presos libaneses e palestinos que se encontram nos presídios militares de Israel, humilhados e torturados diariamente, e em sua maioria sem nenhuma acusação formal. Assistimos à prática continuada e sistemática de crimes internacionais e a comunidade internacional se cala convenientemente.

Salta aos olhos a falácia do argumento do exercício de legítimo direito à autodefesa pelo Estado de Israel: É este Estado que se recusa terminantemente a cumprir resoluções do Conselho de Segurança de desocupar o Líbano. Permanece no

sul desse país ocupando as fazendas de Chebba, sob o pretexto de se guarnecer de possível ataque sírio. Promove incursões em território libanês com veículos armados. E foi numa dessas incursões que forças não-oficiais do Hizbollah – estas sim, em exercício de autodefesa do território libanês, em legítima prática de levée en masse – arrebataram dois soldados israelenses, tratando-os como prisioneiros de guerra, à espera da cessação das hostilidades ou da proposição de permuta com presos libaneses, que longe estão de receber, da parte das autoridades israelenses, o tratamento que impõe a 3.^a Convenção de Genebra de 1949. Não há, pois, autodefesa israelense, mas extensa agressão ao território libanês que antecede há muito o arrebatamento dos soldados das Forças de Defesa de Israel.

E, mesmo que se admitisse, por argumentar apenas, que a ação israelense se daria em represália lícita à ação militar contra suas forças, tal represália seria evidentemente desproporcional. É curial que a operação militar do Hizbollah foi superdimensionada por israelenses e estadunidenses com a conivência de potências européias. Tais atores perceberam que havia uma janela de oportunidade clara e efetiva de destruir por completo o movimento de resistência libanês. A ação também possuía outra finalidade indireta: o enfraquecimento da Síria no leste do mediterrâneo e o exercício de pressão incisiva sobre o governo de Teerã.

Considerando-se a magnitude da operação, tudo leva a crer que um projeto de intervenção militar

* Professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e especialista em Oriente Médio.

há tempos havia sido traçado. Sua implementação seria uma questão de se dar o momentum propício. O arrebatamento de dois soldados israelenses pelo Hizbollah não constitui mais o problema desta equação, mas, sim, o instrumento de ação. O veto dos EUA no Conselho de Segurança das Nações Unidas e o impedimento de qualquer pedido de cessar-fogo para a resolução pacífica do conflito reforça a tese de que norte-americanos e israelenses se organizaram em torno de um objetivo definido que se pauta na reconfiguração da geopolítica do Médio Oriente e na redefinição do equilíbrio de forças. Basicamente, o objetivo de Washington e de Tel-Aviv é aniquilar todas as forças de oposição a seus interesses existentes naquela região e criar governos fantoches e subservientes.

As conseqüências derivadas da agressão militar de Israel ao Líbano acabaram por expor fraturas graves da ordem internacional, como a incapacidade decisória dos governos árabes e sua absoluta subordinação aos interesses do ocidente, a divisão interna das facções político-religiosas no Líbano, a eclosão de um conflito sectário na região, a neutralização e isolamento de Irã e Síria, bem como a omissão e condescendência cúmplice das potências européias.

A subserviência dos três principais países árabes – Arábia Saudita, Egito e Jordânia – a Washington se revela nas declarações oficiais dos regimes que os governam, fortes no argumento de que todas as intervenções de resistência deveriam ocorrer exclusivamente “pela via institucional”: Parte-se do pressuposto de que todo e qualquer movimento de resistência e de independência é ilegítimo uma vez que a força institucional seria somente o exército regular. Tais declarações isolaram o Hizbollah tanto no plano regional, quanto no plano internacional e serviram de base para a escusa do Estado hebreu, de que sua ofensiva seria de autodefesa, tornando legal, deste modo, a agressão militar.

As posições dos referidos países podem também ser explicadas pelo fracionamento sectário do mundo árabe: O reino saudita, aliado do governo

sunita do premiê Siniora, por exemplo, não está interessado no fortalecimento de uma ala xiita pro-iranina no Líbano. A reação do Conselho dos Intelectuais Xiitas Sauditas – minoria no país, porém atuante – obrigou o governo saudita a mudar sua posição, com receio de reação popular contra a monarquia ou de disseminação de debate político interno indesejável. No bojo desta questão, nota-se um confronto velado entre a Arábia Saudita – Estado Teocrático e papado dos Sunitas – e a República Islâmica do Irã, Estado-papado dos Xiitas. Expõe-se, assim, uma fratura secular existe entre xiitas e sunitas que se torna cada vez mais patente no golfo arábico.

Por outro lado, nem o Egito nem a Jordânia estão em condições de enfrentar o Estado de Israel e tampouco dispostos a discordar dos ditames da política externa norte-americana e de seu projeto de levar a “democracia e a liberdade” ao Oriente Médio. O Egito é receptor do segundo maior volume – após o Estado de Israel – de ajuda financeira dos EUA. A política externa egípcia sofreu, já na década de 80, mudança de eixo, de alinhamento com Moscou para o alinhamento com Washington, adotando um discurso pragmático pró-ocidente.

A monarquia Hachimita da Jordânia carece de força. Sua sobrevivência e estabilidade dependem do elo com o Egito e de relações preferenciais com os EUA e com o Reino Unido. O receio comum de confrontarem Washington ficou, por sinal, evidente, na reunião de urgência da Liga Árabe no Cairo, ao rechaçarem, as representações jordaniana, egípcia e saudita, a invocação da cláusula de defesa mútua em favor do Líbano.

Há, contudo, outra preocupação que o discurso saudita, egípcio e jordaniano não consegue disfarçar: Apoiar Hizbollah poderia estimular no âmbito desses países a consolidação de grupos denominados “radicais”, como, por exemplo, o grupo da Irmandade Muçulmana do Egito. A Arábia Saudita e o Egito lutam há anos para a contenção de grupos “radicais”, “extremistas” de diversas vertentes em seu território que buscam desestabilizar os respectivos governos

totalitários, com a justificativa de terem, estes, uma política externa demasiadamente alinhada com o ocidente.

Nesse contexto, é importante constatar que o Hizbollah foi a única força árabe-muçulmana a conseguir atingir o território do Estado de Israel alcançando cidades e postos estratégicos importantes. Os Estados árabes – Egito, Jordânia e Síria –, derrotados em todas as guerras com Israel, não foram ao longo de sua história capazes de ameaçar de efetivamente a segurança do Estado de Israel. A resistência do Hizbollah diante a máquina de guerra hebraica é vista na região como a antítese do fracasso árabe.

Síria e Irã são outros elementos deste concerto: Integrantes do “eixo do mal” e vistos como ameaça à segurança e à paz internacionais por Washington, são acusados de fomentar e armar o partido islâmico libanês. No entanto, cumpre salientar que o Hizbollah emergiu há mais de duas décadas, já a partir de 1982, como principal força de resistência à ocupação israelense, portanto, muito antes do apoio sírio ou iraniano. Com o passar do tempo, o Partido consolidou-se e passou a ser um ator chave no contexto da política interna do Líbano, angariando cada vez mais apoio popular e legitimidade. O conflito hebraico-libanês, em si, não se exaure, portanto, na geometria de confrontação entre EUA e Israel, de um lado, e Síria e Irã, de outro, como muitos querem enxergar.

A agressão militar de Israel visa, finalmente, a divisão interna do Líbano em facções político-religiosas, que hoje conseguem se compor no governo libanês. É verdade que todos esses grupos são vinculados a algum eixo estrangeiro com interesses difusos e contraditórios. O objetivo israelense, porém,

tem como tática levar o Líbano a um conflito sectário nos moldes dos anos 70, fazendo solapar a precária base de entendimento político entre os grupos.

As possibilidades de paz e de guerra no leste do mediterrâneo sempre estiverem nas mãos do Estado de Israel e dos Estados Unidos, em especial. Hoje, os Estados Unidos da América exigem a implementação da Resolução 1559 do Conselho de Segurança da ONU, sem sequer exigir do Estado de Israel a implementação de diversas outras resoluções daquele grêmio, tais como as de números 194, 242, 338, 1397 e 1515. A resolução 425, que determina a desocupação do Líbano, levou 30 anos para ser implementada pelos israelenses e até o momento não foi completamente levada a cabo, em vista do confisco das fazendas de Chebba, perto das colinas de Golã.

O recuo de 20 km do Hizbollah até a margem do Rio Litani, o desarmamento do grupo, o envio de tropas do exército libanês ao sul do país, envio de tropas da OTAN e o estabelecimento de zona internacional de segurança e a soltura dos dois soldados israelenses, como condições de um cessar fogo, são, a esta altura, inviáveis. As propostas da Secretária de Estado norte-americana são táticas e visam à protelação do conflito e não a sua cessação. As concessões devem ser das duas partes para haver para a interrupção da escada de violência. Por sua vez o Hizbollah deve depor as armas e cumprir com determinações internacionais e, inclusive, nacionais.

Uma realidade há de ser observada: a destruição do Hizbollah é praticamente impossível. O grupo não é um bando ou uma quadrilha. O Hizbollah é visto como uma instituição popular legítima e aniquilar com este movimento significa suprimir parcela significativa do povo libanês.



Venezuela: Chávez e alguns murmúrios exportáveis do imaginário bolivariano

José Ribeiro Machado Neto*

A ascensão de Hugo Rafael Chávez Frias à presidência da Venezuela, primeiramente em 1999 e, depois em 2002, representou para a América Latina – de maneira voluntária – novas perspectivas de retorno de um populismo agressivo, herdado dos *motoneiros* argentinos, neste momento, licenciados politicamente. Ainda que do tipo exportável, teve pouca receptividade na sua vizinhança, principalmente no Peru, onde a reação foi um tanto barulhenta e temperada com ameaças de rompimento diplomático.

O estilo do presidente Chávez não é novo no imaginário político, pois já vimos anteriormente essa experiência de gesticular politicamente com Mussolini, Hitler, Perón e Jânio Quadros, Fidel Castro e, mais recentemente, o presidente Mahmud Ahmadinejad, do Irã, breve anfitrião do presidente Chávez. O resultado desses arroubos mímicos e estrábicos não foi, quando não trágico, nem um pouco feliz para a maioria dos espectadores. Mas, diante da realidade política latino-americana atual, onde prevalece a escassez de lideranças autênticas e a hibernação do Mercosul, Hugo Chávez e Evo Morales da Bolívia tornaram-se os principais atores voluntários da reação ao capitalismo globalizado e a tudo que venha ser originário do neoliberalismo preconizado ou não pelo consenso de Washington.

Para a esquerda das retaguardas, para os camponeses e para os descamisados urbanos, Chaves e Morales representam as *fênix* andina e bolivariana, respectivamente. Apresentam-se como responsáveis pela materialização rápida do tardio renascimento

político latino-americano, não obstante o continente ainda permanecer multifacetado politicamente e, inclusive, distante da mais trivial das formas de integração regional, qual seja, a comercial, mesmo que seja sob a ótica do bilateralismo, atualmente contrária aos cânones da globalização.

Na maioria das vezes, durante os periódicos exercícios de exaltação coletiva, ambos alcançam momentos supremos da subjetiva assimetria político-democrática, ao atingirem com estilhaços laços diplomáticos há tempos conquistados com a coexistência geopolítica, ao exaltarem seus objetivos nacionais com uma exacerbada superioridade oratória. Não são idênticos e nem próximos. Diferenciam-se em formação profissional, em estilos e na fixação de objetivos pelos seus respectivos poderes executivos, mas são análogos na reação em tempo real ao consenso latino-americano. Separadamente, apresentam-se incapazes de forjar alianças construtivas para a inversão da ordem econômica, ao norte e ao sul do Equador.

Paralelamente à carreira do Chávez, teve início a do presidente Lula, no Brasil. O primeiro com formação militar, o segundo com formação sindical, onde num passado próximo observamos um prolongado conflito entre suas trajetórias. Hoje, o conflito, quase que virtual, mas visível, assenta-se nas tentativas alternadas de ocupação de espaços de liderança regional, deixados por velhos caudilhos políticos, a exemplo de Vargas, Perón e Betancourt, em épocas próximas, mas em estilos políticos e objetivos bastante diferenciados.

* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

A Venezuela sente-se creditada pelo fato de ter patrocinado em 1960 a criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP); na década de 1970, sob a presidência de Carlos André Pérez, por nacionalizar as reservas de petróleo e de ferro; e, além disso, de defender o programa da Nova Ordem Econômica Mundial (NOEI), que retratava um elenco de reivindicações do Terceiro Mundo, orientado para a correção e atenuação de desigualdades predominantes entre os países do centro e os da periferia, mediante o controle dos recursos naturais, da redução da dívida externa e da limitação das flutuações nos níveis de preços das matérias primas básicas.

A realidade econômica venezuelana nesse período era de certa forma privilegiada e, ao mesmo tempo, compensatória das vicissitudes do relacionamento centro-periferia, pois, além de manter-se por um bom período de tempo como o terceiro exportador mundial de petróleo, os seus preços internacionais manter-se-iam, durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) em elevados patamares, facilitando não somente o financiamento de importações, como também a manutenção da maior renda per capita da América Latina, bem próxima de US\$ 5 000. Mesmo assim, a constante e crescente renda das exportações de petróleo não foram capazes de propiciar transformações estruturais necessárias ao ambiente interno, mesmo a cargo do Estado, financiando, entretanto, grandes corporações privadas. Nesse contexto, a Venezuela aproximar-se-ia da hipérbole comum dos seus demais vizinhos latinos, mantendo-se – apesar do elevado poder de compra de suas exportações – dependente do financiamento externo para sua indústria básica.

De volta ao círculo latino da dependência, a Venezuela transferiu rapidamente as perdas sociais advindas das formas tradicionais de acumulação de capital – geradas, quase que totalmente, pelas receitas das exportações de óleo – para o campo político. Na fase dos anos 1980 manifesta-se de forma crescente

a insegurança dos partidos políticos com a queda dos preços do petróleo, das bruscas variações cambiais e do aumento da inflação e do desemprego agravado pela implosão urbana. O quadro interno foi ainda ampliado pela corrida ao poder, através da concentração política não compartilhada entre os partidos da Ação Democrática (AD), Partido Social Cristão (COPEI) E A União Republicana Democrática (URD), em escala mais moderada.

A vitória política da AD em 1983, não homologada pelas lideranças dos demais partidos, paralelamente à suspensão do pagamento da dívida externa e ao plano de austeridade econômica do presidente Lusinchi (AD, 1983 – 1988), produziu resultados pífios, responsáveis pelo recrudescimento do controle estatal na economia e por novas vertentes de empobrecimento, de exclusão social e de crescimento da dívida externa, cujas exigências de pagamento ultrapassavam a magnitude de US\$ 5 bilhões anuais. A agressividade dos credores externos haveria de proporcionar, além da renegociação da dívida, como também, uma nova suspensão de seus pagamentos, com interrupções nos aportes externos de capitais.

A permanência desse cenário reaproximou a Venezuela, não obstante o grau de internacionalização de sua economia, do Grupo de Contadora, mantendo, entretanto, em contrapartida, relações amistosas com o FMI e com o eixo econômico de Washington, com vistas à obtenção de novos financiamentos externos. Os novos fluxos de capital deveriam, *a priori*, ser destinados à indústria de bens de capital, recebedora de considerável parcela de responsabilidade do setor externo na formação da renda interna, tendo em vista as variações do preço do petróleo no mercado internacional, na segunda metade da década de 1980, período desfavorável às economias latino-americanas.

A economia venezuelana no período 1981-1990 cresceria apenas 2,3% ao ano e o PIB per capita de -0,7% haveria de retratar o descompasso entre o crescimento da população, o nível de emprego e a distribuição menos equitativa da renda. Além do mais,

a incerteza da ortodoxia econômica distante da visão planejada para o longo prazo, levaria o PIB em 1998 ao declínio de -1,0%, immobilizando as forças da reação, ainda capazes de promoverem o retorno gradual do investimento externo. Esse quadro acentua-se entre 1996-2005, com o PIB em decréscimo de -0,5%.

Os resultados entre 1998-1999 mantiveram-se quase inalterados: crescimento do PIB de -0,2% e -7,0%; nível de preços dos consumidores, 29,9% e 20,2%; crescimento dos meios de pagamentos (M_1), 6,6% e 13,9%; relações de intercâmbio, -25,9 e 27,2 (estimativas preliminares); e a taxa de desemprego, 11,3% e 15,4%, respectivamente. Adiciona-se ao cenário de imperfeições macroeconômicas o fraco desempenho do setor externo.

No período 1997-1999, as exportações totais mantiveram-se em torno de US\$ 22 bilhões; as importações, de US\$ 18 bilhões; e o saldo do BP, de US\$ 948 milhões. Na caracterização da recessão dos anos 1990 não se excetua a dependência da política fiscal dos preços do petróleo, tendo em vista a incapacidade tributária interna. Em síntese, a recessão excetuou a Venezuela do ranking das economias emergentes demandantes de inserção na ordem econômica mundial pré-globalizada.

O novo cenário caracterizado pela recessão, teve como pano de fundo uma linearidade econômica ortodoxa, ainda ressentida de impactos advindos do terremoto político, cujo epicentro foi o retorno de Carlos Andrés Pérez ao poder em 1988, expurgado em 1993 por pressões do Movimento Militar Bolívar-200, tendo como um dos líderes, o coronel Hugo Chávez. Não obstante o Partido Social Cristã vencer as eleições de 1994 conduzindo Rafael Caldera à presidência, a crise venezuelana assumiria contornos diferenciados, que além de estruturais demonstrava também a insegurança e a ausência de liquidez dos capitais compensatórios, mormente os externos, cuja fuga distanciaria novas oportunidades de investimentos diretos.

Entre 1996 e 1998, a Venezuela, diante da proximidade colapso financeiro com a falência do Banco Latino, com as sucessivas intervenções estatais, com a redução da produção de óleo e, inclusive, com a suspensão de garantias constitucionais buscava a liberalização de sua economia através da ortodoxia monetária. Entretanto, as divisões internas e sucessivos *trade-off* causados pelo insucesso das tentativas liberalizantes, permitiram um forte e inesperado viés político, ao conduzir Hugo Chávez à presidência em 1998, com 56,5% dos votos.

O início da era Chávez em 1999 foi marcado pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, cuja fusão de partidos nacionalistas deu uma estrondosa vitória ao novo governo, com a conquista de 92% das cadeiras do Parlamento. Em janeiro de 2000 a Assembléia foi dissolvida e Chávez reeleito com 59% dos votantes, com um novo mandato até 2006, mantendo-se no poder após derrotar algumas tentativas de golpes oposição armada em 2002. A partir de então o regime democrático venezuelano transformar-se-ia na mais recente expressão do neopopulismo institucional na América Latina, do antiamericanismo e de uma busca desequilibrada de uma liderança sistemática, na contramão das atuais possibilidades da integração regional, com a sobrevida do Mercosul causada pela postergação da Alca.

Algumas práticas exacerbadas de nacionalismo não econômico – com promessas de redistribuição de renda – não são necessárias ou suficientes para transformar a Venezuela atual, de exportadora de matérias-primas à importadora de manufaturados, com relações de intercâmbio positivas. Nacionalismo e fluxos de capitais são agentes de posturas paradoxais e, quando responsáveis por conflitos, causam perda da capacidade produtiva da economia. No axioma político o discurso nacionalista venezuelano é passageiro, enquanto a necessidade de integração da Venezuela com seus vizinhos, particularmente o Brasil,

é permanente, o que coloca o discurso de Chávez distante de um modelo de liderança desejada para a América Latina.

As tentativas de aproximação da Venezuela com a Argentina e mais ainda com o Brasil, além das demonstrações fraternais com Cuba, ao lado da agressividade antiamericana, da indiferença européia e da recente aproximação com a Rússia e com o Irã, não definem um estilo de política externa, mas sim, arroubos contestatórios de utopias, felizmente, ainda desarmadas. Além do mais, os ganhos esperados por

lideranças forçadas são passíveis de reversão e não servem como exemplos de governança.

Na América Latina, espera-se que a *práxis* venezuelana não seja incorporada à governabilidade da maioria do continente. Relativamente multifacetado, nota-se que, em seus regimes políticos ainda prevalecem o respeito à divisão dos poderes, à autodeterminação, à liberdade de comércio e à de formação de alianças, bem longe de expectativas de repetição do trágico exemplo latino-prussiano de 1864.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com